

Mesmo acusado, deputado consegue liberar verbas

Rio — Na semana passada, em meio às denúncias de corrupção no Congresso, o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) conseguiu engordar seu orçamento. O Ministério da Saúde mandou pagar ao deputado CR\$ 16,6 milhões, apesar de parecer contrário da Procuradoria Geral da República, que havia recorrido contra uma cobrança por internações feitas no Hospital-Escola São José. Uma auditoria constatou que Raunheitti, dono do Hospital, cobrava a mais e recomendou cortar os CR\$ 16,6 milhões. O parlamentar recorreu e na semana passada conseguiu o dinheiro.

No mesmo dia, outro reforço. A empresa de limpeza Macra conseguiu bloquear na Justiça uma verba de CR\$ 17 milhões, relativa a um repasse da Previdência Social para o Hospital da Posse. O juiz José Jaime Santoro, da 6ª Vara Cível de Nova Iguaçu, que já decidiu outras causas em favor de Raunheitti, entendeu que o hospital deve pagar CR\$ 68 milhões à Macra, empresa de Luiz Felipe Gonçalves Raunheitti, filho do deputado. O contrato com a Macra foi rompido quando o Hospital da Posse saiu da área federal e foi municipalizado.

Dono de uma fortuna enorme, Fábio Raunheitti evita entrevis-
tas. Ele montou na Baixada Flu-
minense uma espécie de feudo,
que lhe garante a reeleição sem
problemas. O hospital-escola,
mantido com verbas públicas,
cuida dos pacientes que não são
atendidos no Hospital da Posse. A
Sociedade de Ensino Superior,
que deverá ser transformada pelo
Ministério da Educação na Uni-
versidade de Nova Iguaçu, em-
prega médicos que trabalham no
INSS, peritos que avaliam segu-
rados, professores que também
são presidentes de juntas eleito-
rais e juízes.

Em 1992, Raunheitti gastou
quatro milhões de dólares na
campanha para a prefeitura de
Nova Iguaçu, mas foi derrotado
pelo comerciário Altamir Gomes,
do PDT, por pouco mais de mil
votos. Sobrou a Raunheitti acusa-
ções de corrupção eleitoral feitas
por 16 partidos. Em sua última
declaração de renda, o deputado
apresenta negócios com 16 ban-
cos e dezenas de bens, de fazen-
das, lotes e imóveis no Rio, São
Paulo e Minas. Alguns dos prédi-
os de sua família estão alugados à
própria Previdência Social.